

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 88.841 - MG (2017/0229141-3)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
RECORRENTE : **MARCOS GONÇALVES MACHADO**
ADVOGADOS : **TARCISIO MACIEL CHAVES DE MENDONÇA - MG083893**
MICHEL WENCLAND REISS - MG085181
JOSÉ HENRIQUE DOS SANTOS E OUTRO(S) - MG132302
RECORRIDO : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* interposto por MARCOS GONÇALVES MACHADO contra acórdão proferido pela 5ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, no julgamento do HC n. 1.0000.16.082826-5/000.

Noticiam os autos que o recorrente foi denunciado na Ação Penal n. 0002721-88.2016.13.0627 como incurso no artigo 317, § 1º, combinado com os artigos 29 e 327, § 2º, todos do Código Penal.

Sob o argumento de que o réu estaria sendo acusado pelos mesmos fatos em outro processo, a defesa impetrou prévio *writ* na origem, cuja ordem foi denegada.

Sustentam os advogados subscritores das razões recursais que as ações penais n. 0002721-88.2016.13.0627 e 0002274-42.2012.8.13.0627 foram deflagradas a partir de uma mesma delação premiada, e que o crime de corrupção imputado ao recorrente na primeira delas já havia sido contemplado na segunda, o que ensejaria o reconhecimento da litispendência.

Alegam que, ainda que não se reconheça a identidade entre os referidos feitos, o Juízo da comarca de São João do Paraíso não seria competente para processar e julgar a Ação Penal n. 0002721-88.2016.13.0627.

Afirmam que o delito de corrupção passiva teria se consumado em Belo Horizonte, ao passo que o de corrupção ativa teria ocorrido em Divinópolis, comarcas que, à luz do artigo 70 do Código Penal, seriam as competentes para apreciar o aludido processo.

Requerem o provimento da insurgência para que a Ação Penal n. 0002721-88.2016.13.0627 seja trancada ou, alternativamente, para que o Juízo de São Paraíso remeta os autos às comarcas de Belo Horizonte ou Divinópolis.

O Ministério Público Federal, às fls. 222/228, manifestou-se pelo desprovimento da insurgência.

É o relatório.

Infere-se que além deste recurso ordinário constitucional, a defesa impetrou o HC 410.327, que não foi conhecido por este Relator por meio de decisão que transitou em julgado aos 21.11.2017, também impugnando o acórdão proferido no julgamento do 1.0000.16.082826-5/000 e buscando o recebimento o trancamento da Ação Penal n. 0002721-88.2016.13.0627 ou a sua remessa às comarcas de Belo Horizonte ou Divinópolis.

Assim, observa-se que neste inconformismo tem-se a simples reiteração de pedido, não tendo a defesa trazido qualquer fato capaz de dar ensejo à nova análise por este Tribunal do pleito deduzido no mencionado *writ*, verificando-se, portanto, a inadmissibilidade do reclamo em apreço.

Nesse vértice:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. DECISÃO DO RELATOR QUE INDEFERIU LIMINARMENTE O WRIT. REITERAÇÃO DE PEDIDO. EXAURIMENTO DA INSTÂNCIA. REDISCUSSÃO DE TESE ENFRENTADA EM OUTRO PROCESSO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Está configurada a reiteração de pedido quando a impetração original não é conhecida, mas tem seu mérito analisado com o fito de verificar se ocorreu alguma ilegalidade apta a ensejar a concessão da ordem de ofício. (Precedentes).

2. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no HC 464.084/RO, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 04/12/2018, DJe 01/02/2019)

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. MATÉRIA PREVIAMENTE SUBMETIDA AO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA POR MEIO DE HABEAS CORPUS. MERA REITERAÇÃO NO ÂMBITO DO RECURSO ORDINÁRIO. LITISPENDÊNCIA. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Hipótese na qual o recurso ordinário interposto consiste em mera reiteração de pedido formulado no HC n. 456.792/SP, que teve a liminar indeferida e será oportunamente levado a julgamento.

2. Embora o recurso ordinário em habeas corpus consista no meio próprio para a apreciação da irresignação, a defesa optou por impetrar, também, habeas corpus substitutivo, o qual primeiramente foi despachado nesta Corte. Desse modo, a tese idêntica não pode ser simultaneamente analisada em impetrações/interposições posteriores.

3. Embora esta Corte entenda ser, de início, incabível o habeas corpus substitutivo de recurso, em homenagem ao princípio da ampla defesa, é de rigor o exame da insurgência, para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal passível de ser sanado pela concessão da ordem, de ofício. Assim, não haverá qualquer prejuízo ao recorrente em ter as teses ora levantadas analisadas quando do julgamento HC n. 456.792/SP e não do presente recurso ordinário.

4. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no RHC 103.808/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 27/11/2018, DJe 10/12/2018)

Ante o exposto, com fundamento no artigo 34, inciso XVIII, alínea “a”, do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, **não se conhece** do presente recurso ordinário em *habeas corpus*.

Publique-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos ao arquivo.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator

